

Antecedentes:

- 2007-08-01 - reunião direcção da APA / direcção IGESPAR sobre a reorganização do MC no âmbito do PRACE, manifestando a importância da manutenção das valências asseguradas pelo ex-IPA;  
<http://www.aparqueologos.org/memorando.php>
- 2007-11-28 - carta à Ministra da Cultura sobre a necessidade de regulamentação da lei 107/2001 no que diz respeito ao exercício e regulação da actividade arqueológica e, mais uma vez, chamando a atenção sobre a manutenção das valências asseguradas pelo ex-IPA;  
[http://www.aparqueologos.org/documentos/Ofic\\_Pres\\_14\\_07.pdf](http://www.aparqueologos.org/documentos/Ofic_Pres_14_07.pdf)
- 2007-12-29 - comunicado sobre a não renovação das avenças dos arqueólogos que no IGESPAR asseguravam as áreas funcionais do ex-IPA  
[http://www.aparqueologos.org/comunicado\\_29Dez2007.php](http://www.aparqueologos.org/comunicado_29Dez2007.php)
- 2008-01-10 - comunicado saudando o desbloqueamento temporário da situação dos arqueólogos avençados do IGESPAR, chamando a atenção para os problemas que subsistem no MC decorrentes da reorganização no âmbito do PRACE e salientando a necessidade de clarificação de políticas no sector;  
[http://www.aparqueologos.org/comunicado\\_10Jan2008.php](http://www.aparqueologos.org/comunicado_10Jan2008.php)
- 2008-04-14 - envio ao MC do documento “Arqueologia Portuguesa em Revista” – resultado de amplo debate entre Março e Abril de 2008 organizado em conjunto com CAA – com pedido de audiência para discussão do mesmo;  
<http://www.aparqueologos.org/documentos/ArqPortRevAPA.pdf>
- 2008-05-20 - proposta de revisão do RTA, entregue na 12ª Comissão Parlamentar, em sequência das audiências havidas com os grupos parlamentares do PCP, os Verdes e PSD;  
[http://www.aparqueologos.org/documentos/RTA\\_rev\(1\).pdf](http://www.aparqueologos.org/documentos/RTA_rev(1).pdf)
- 2008-07-03 - entrega da petição “Destino incerto para a Biblioteca , arquivo e Publicações do ex-IPA, hoje IGESPAR,IP” no gabinete do MC e entrega da proposta de revisão do RTA  
[http://www.aparqueologos.org/comunicado\\_05Jul2008.php](http://www.aparqueologos.org/comunicado_05Jul2008.php)
- 2008-12-10 - carta ao Ministro da Cultura expressando a preocupação pelo facto de não ser conhecida nenhuma solução ou proposta concreta para os problemas que vimos a denunciar desde a reorganização do MC no âmbito do PRACE e à ausência de uma política clara e inequívoca sobre a gestão do património arqueológico e o exercício da profissão;  
[http://www.aparqueologos.org/carta\\_ministro2008.php](http://www.aparqueologos.org/carta_ministro2008.php)
- 2008-12-29 - comunicado público dando conhecimento do teor da carta enviada ao Ministro da Cultura em 2008-12-29  
<http://www.aparqueologos.org/index.php>

### Questões a abordar

1. Reorganização do MC no âmbito do PRACE
  - a. Operacionalidade do MC através da existência de unidades orgânicas de âmbito regional: estão asseguradas as “extensões territoriais” e as funções que actualmente ainda exercem ? (fiscalização de trabalhos arqueológicos, monitorização de sítios e detecção de situações de risco, participação em processos de avaliação de impacte e licenciamento de obras, entre outros);
  - b. Funções actualmente exercidas no âmbito do ex-CNANS e ex-CIPA no MC: está prevista a continuidade destas valências no MC e com que enquadramento?
  - c. Sistema de informação georreferenciado (Endovelico) em articulação com o arquivo documental da arqueologia portuguesa e com a acção operacional das unidades orgânicas regionais: está garantido o investimento em meios humanos e materiais que permita a sua manutenção e desenvolvimento?
  - d. Depósitos de materiais arqueológicos: está garantida a sua manutenção no âmbito do IGESPAR e/ou está prevista alguma transferência de funções para o IMC e/ou DRC?
  - e. Biblioteca especializada: estão garantidas as condições fixadas no acordo com o Estado alemão sobre esta matéria?
  - f. Linha editorial: está prevista a continuidade da edição da série periódica e monográfica?
  - g. Meios humanos: estão previstos nos mapas de pessoal do IGESPAR todos os recursos necessários para o funcionamento das valências atrás descritas com recurso a contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado? Como se processará a integração dos trabalhadores que actualmente cumprem essas funções em regime precário?
2. Desafectação das instalações na Av. da Índia
  - a. Qual o prazo para desocupação das instalações?
  - b. Qual o local ou locais para onde serão deslocados os serviços? O local ou locais que receberá funcionários e equipamentos encontra-se nas condições adequadas para o normal funcionamento dos serviços (incluindo equipamentos do ex-CIPA e depósitos do ex-CNANS)?
  - c. A instalação de serviços do IGESPAR em nova localização far-se-á em conjunto com uma deslocalização do MNA? Em caso afirmativo, que relação haverá entre o MNA e as valências do ex-IPA a instalar no mesmo local?
3. Regulamentação da lei de Bases da Cultura
  - a. Estando em curso a revisão do RTA, conforme afirmado ao grupo parlamentar do PCP, quando será chamada a APA ao processo, enquanto legítima representante dos profissionais que exercem em Portugal?
  - b. Tendo em conta obrigatoriedade dos trabalhos arqueológicos serem dirigidos por arqueólogos, está prevista regulamentação específica sobre o acesso e regulação da profissão, no quadro das alterações na formação superior decorrentes do processo de Bolonha e da reorganização das carreiras na administração pública?
  - c. Está previsto algum mecanismo de regulação da actividade arqueológica promovida por entidades colectivas públicas e/ou privadas?